

Governo do Distrito Federal



Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Departamento de Transporte

Termo de Referência - NOVACAP/PRES/DS/DTR

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO**1. DADOS DA INSTITUIÇÃO**

ÓRGÃO						Nº do C.N.P.J	
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP						00.037.457.0001-70	
ENDEREÇO:		Setor de Áreas Públicas Sul Lote “B”					
CIDADE:	Brasília	U.F.:	Distrito Federal	CEP:	71.215-000	Telefone:	3403-2300

2. DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa para a prestação de serviços, com fornecimento sob demanda e de forma continuada, de mão de obra especializada em reparo, revisão, calibração e configuração de equipamentos inalteráveis de velocidade **"tacógrafos/cronotacógrafos analógicos e digitais"**, com fornecimento/aplicação de peças e acessórios genuínos e originais, emissão de vias de ensaio/selagem e pagamento de taxas/tarifas (diversas) de aferição junto ao INMETRO para 67 (sessenta e sete) veículos da frota operacional da NOVACAP, entre caminhões, ônibus e outros veículos, conforme especificações e quantidades constantes neste instrumento.

3. QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO

QUADRO I

De natureza comum	SIM	X	NÃO	
De prestação continuada	SIM	X	NÃO	
Eminentemente intelectual	SIM		NÃO	X
Possui inovação tecnológica ou técnica	SIM		NÃO	X
De Tecnologia da informação	SIM		NÃO	X
Possui mão de obra exclusiva	SIM		NÃO	X

JUSTIFICATIVA: A presente contratação visa suprir as demandas com **manutenção de "tacógrafos/cronotacógrafos analógicos e digitais"**, constando aplicação de peças e acessórios genuínos e originais, com fornecimento de mão de obra especializada na manutenção/revisão, pagamento de taxa de aferição junto ao INMETRO, dos veículos (caminhões e ônibus) e outros veículos que possuam tacógrafos/cronotacógrafos analógicos ou digitais, que compõem a frota operacional da NOVACAP, de acordo com descrições, condições e exigências estabelecidas neste Instrumento.

A contratação objetiva atender as necessidades da NOVACAP **NOVACAP**, quando na execução de obras, serviços de urbanização e construção civil de interesse do Distrito Federal, em que veículos, máquinas e

equipamentos são de primordial importância. Assim, para cumprir suas atribuições estatutárias, a capacidade operacional é expressa na disponibilidade de sua frota apropriada à execução de obras e serviços, concluindo-se daí, como imprescindível a manutenção dos veículos, tendo como princípios a produtividade e economicidade à atividade fim da *Companhia*. No caso em tela, a oficina da **DMAN/DTR/DS**, não possui funcionários, aparelhamento e ferramental apropriados para a execução dos serviços em questão, justificando, assim, a necessidade de contratação de empresa especializada na manutenção de tacógrafos/cronotacógrafos analógico e digitais dos veículos da frota da NOVACAP.

Conforme demanda o art. 20 do Regulamento de Licitações e Contratos-RLC/NOVACAP:

1 - O objeto deste Termo de Referência possui **natureza comum**, visto que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no Edital de licitação mediante especificações usuais do mercado.

2 - A técnica envolvida no objeto deste Termo de Referência é conhecida, dominada e oferecida pelo mercado do objeto ofertado, de forma que permite a sua descrição de forma objetiva no Edital, incluindo características, quantidades e qualidades padronizadas;

3 - O objeto deste Termo de Referência trata-se fornecimento de mão de obra e material, de prestação continuada, a fim de não ocorrer riscos de interrupção na manutenção de veículos com tacógrafos/cronotacógrafos analógicos ou digitais, equipamento de uso obrigatório em veículos de cargas e passageiros, conforme Lei [Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997](#) (art. 136, inciso IV) e [Resolução nº 14 de 1998](#) do CONTRAN (art. 6º inciso VI).

4. A não execução dos serviços implica na possibilidade de apreensão dos veículos médio e pesados da Companhia, sua consequente impossibilidade de uso operacional, portanto na ausência de atendimento das demandas da sociedade.

5 - O objeto da presente não é de natureza eminentemente intelectual e nem de Tecnologia da informação.

6 – Trata-se de contratação para o fornecimento de peças e acessórios, com aplicação de mão de obra.

QUADRO II

DEMANDA DA CONTRATAÇÃO	
Estimada	X
Definida	
<p>JUSTIFICATIVA: Trata-se de quantidade estimada com base em histórico de consumo, no levantamento do quantitativo de peças e acessórios (genuínos e originais), com aplicação de mão de obra especializada, necessários para utilização quando na manutenção, sem composição de estoque mínimo; com vista a aplicação imediata em "tacógrafos/cronotacógrafos analógicos e digitais", componentes de veículos (caminhões e ônibus) e outros veículos que possuam tacógrafos, que integram a frota operacional da NOVACAP.</p> <p>Devido as condições de operacionalidade a que são submetidos veículos e máquinas, aos quais serão destinados peças e acessórios, em razão do uso severo, há variação no desgaste, com isso não é possível definir quantidade precisa, razão pela qual a demanda deve ser considerada como ESTIMADA.</p>	

QUADRO III

PARCELAMENTO DO OBJETO	SIM		NÃO	X
<p>JUSTIFICATIVA:</p> <p>a. Embora a regra geral seja o estabelecido na Súmula 247 do TCU quanto à obrigatoriedade da adjudicação por item e não por preço global, consideramos que não é possível afirmar sumariamente, sem análise do caso</p>				

concreto, que a licitação por item ou lote único seria mais eficiente. O próprio TCU já teve a oportunidade de se manifestar no sentido de que, no caso específico, **a licitação por lote único será a mais eficiente à Administração:**

"Cabe considerar, porém, que o modelo para a contratação parcelado adotado neste parecer utilizou uma excessiva pulverização dos serviços, está exagerada divisão de objeto pode maximizar a influência de fatores que contribuem para tornar mais dispendiosa a contratação(...) embora as estimativas numéricas não mostrem consistências, não há nos autos nenhuma evidência no sentido oposto, de que o parcelamento seria mais vantajoso para a Administração. Ao contrário, os indícios são coincidentes em considerar a licitação global mais econômica." (Acórdão n.º 3.140/2006 TCU)

b. Já no Acórdão 280/2010(Plenário Voto do Ministro Relator) O Ministro Relator acatou as conclusões obtidas pela Unidade Técnica, conforme segue:

" a) Embora, em tese, fosse tecnicamente possível a divisão do objeto da licitação em parcelas, para adjudicação por itens, tal medida resultaria, na situação concreta, em prejuízo para a economicidade e eficiência global dos serviços, desnaturando a funcionalidade do sistema integrado de gestão empresarial na modalidade ERP - Enterprise Resource Planning,"

c. O Acórdão 1.904/2007 Plenário (Sumário) dispõe, *in verbis*:

"Não constitui necessariamente falha no dever de parcelar o objeto da licitação em reunião em mesmo procedimento licitatório de serviços de manutenção de redes vinculadas a mídias eletrônicas diversas, e dos respectivos equipamentos, que, no entanto, apresentam aspectos comuns que justifiquem o tratamento conjunto, tais quais a proximidade física e tecnológica, as dimensões, etc., não havendo ademais comprovação robusta de que o parcelamento levará a uma maior economicidade na prestação dos serviços."

d. Além disso, a solução integrada (fornecimento de peças e acessórios genuínos e originais de **"tacógrafos/cronotacógrafos analógicos e digitais"**, por empresa especializada e capacitada), custaria menos à Administração, pois a perda de escala com a divisão da solução poderá ocasionar o encarecimento do fornecimento de peças e acessórios genuínos tornando a aquisição ineficiente e desvantajosa, pois mostra-se mais vantajosa a não divisão em lotes, uma vez que os custos serão rateados entre peças, acessórios e a serem comprados, ao passo que se forem ofertados separadamente, e se até forem prestados por empresas diferentes, há enorme risco de encarecimento da contratação, dificuldades de operacionalização e de controle de mediação de qualidade e eficiência de peças e acessórios genuínos e originais adquiridos, impondo prejuízos à Administração. Destarte, a divisão do objeto pode comprometer o próprio certame, pois há riscos de comprometimento da competitividade, podendo ocasionar prejuízo às empresas, encarecendo os preços oferecidos. **Portanto, se mostra economicamente mais viável que a contratação seja na modalidade de empreitada por preço unitário, em lote único.**

QUADRO IV

PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	SIM		NÃO	X
PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA	SIM		NÃO	X
PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	SIM	X	NÃO	

JUSTIFICATIVA:

a. A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços comuns são perfeitamente pertinentes e compatíveis para execução por empresas atuantes do ramo licitado. Além do que, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de

consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios visa permitir que empresas consorciadas participem do certame, atribuindo maior competitividade, entretanto, a jurisprudência do TCU é pacífica no sentido de que a decisão acerca da participação de consórcios é discricionária, nos termos do art. 33 da Lei 8.666/1993.

b. Não haverá restrição à participação de entidades preferenciais, conforme prevê a legislação vigente, desde que atendidas as exigências de qualificação técnica e demais condições estabelecidas no Edital.

c. Por questões de natureza mercadológica, a contratação não se amolda as legislações pertinentes a natureza de cooperativas, assim, entendemos pela não participação de entidades cooperativas.

d. Trata-se de demanda a ser executada por empresa especializada, no fornecimento de peças e acessórios genuínos para **manutenção de "tacógrafos/cronotacógrafos analógicos e digitais"**, com aplicação de peças e acessórios genuínos e originais, com fornecimento de mão de obra, aos veículos (caminhões e ônibus) e outros veículos que possuam tacógrafo/cronotacógrafo analógico ou digital; que compõem a frota operacional da NOVACAP, as quais são em número reduzido no mercado.

e. Por seu turno por se tratar de contratação de empresa especializada em fornecimento de peças genuínas e originais, com aplicação de mão de obra, para **manutenção de "tacógrafos/cronotacógrafos analógicos e digitais"**, a simples divisão do objeto poderá levar a impossibilidade do fornecimento, haja vista que operacionalmente é inviável a divisão do fornecimento de peças e acessórios genuínos e originais, o que comprometerá não apenas a eficiência e qualidade da execução do contrato, como poderá resultar em elevação de custos, pois a ausência de peças e acessórios fora da rede especializadas poderá implicar em maior custo de aquisição para eventuais empresas não especializadas da marca.

f. Diante do disposto no §1º do art. 25, na parte final do caput do art. 26 e no art. 28 da Lei Distrital nº 4.611/2011, conclui que o objeto apresenta características que inviabilizam a aplicação da cota reservada, conforme permitido pela legislação supracitada. Entre os fatores que justificam tal decisão, destacam-se:

Alta complexidade e especialização do serviço: O objeto contratado exige infraestrutura robusta, capacidade operacional elevada e expertise técnica para atender à totalidade das especificações contratuais, especialmente no que tange à manutenção preventiva e corretiva, seguro total e contra terceiros, bem como à disponibilidade de veículos com quilometragem livre e sem fornecimento de combustível.

Risco à execução contratual: A divisão do objeto ou a destinação de cotas reservadas poderia comprometer a execução integral do contrato, considerando a necessidade de atendimento contínuo e eficiente das demandas da NOVACAP. Tal situação poderia acarretar descontinuidade nos serviços, afetando diretamente a operação da contratante.

Natureza continuada do serviço: A prestação continuada de serviços de locação de veículos demanda o cumprimento rigoroso de prazos e a manutenção de altos padrões de qualidade e disponibilidade, fatores que são mais bem garantidos pela contratação de empresas com maior capacidade técnica e econômica.

g. Assim, embora a regra geral seja o estabelecido na Súmula 247 do TCU quanto à obrigatoriedade da adjudicação por item e não por preço global, consideramos que não é possível afirmar sumariamente, sem análise do caso concreto, que a licitação por item ou lote único seria mais eficiente. O próprio TCU já teve a oportunidade de se manifestar no sentido de que, no caso específico, a licitação por lote único será a mais eficiente à Administração:

h. Cabe considerar, porém, que o modelo para a contratação parcelado adotado neste parecer utilizou uma excessiva pulverização dos serviços, está exagerada divisão de objeto pode maximizar a influência de fatores que contribuem para tornar mais dispendiosa a contratação(...) embora as estimativas numéricas não mostrem consistências, não há nos autos nenhuma evidência no sentido oposto, de que o parcelamento seria mais vantajoso para a Administração. Ao contrário, os indícios são coincidentes em considerar a licitação global mais econômica." (Acórdão n.º 3.140/2006 TCU)

i. Já no Acórdão 280/2010(Plenário Voto do Ministro Relator) O Ministro Relator acatou as conclusões obtidas pela Unidade Técnica, conforme segue:

" a) Embora, em tese, fosse tecnicamente possível a divisão do objeto da licitação em parcelas, para adjudicação por itens, tal medida resultaria, na situação concreta, em prejuízo para a economicidade e eficiência global dos serviços, desnaturando a funcionalidade do sistema integrado de gestão empresarial na modalidade ERP - Enterprise Resource Planning,"

j. O Acórdão 1.904/2007 Plenário (Sumário) dispõe, *in verbis*:

" Não constitui necessariamente falha no dever de parcelar o objeto da licitação em reunião em mesmo procedimento licitatório de serviços de manutenção de redes vinculadas a mídias eletrônicas diversas, e dos respectivos equipamentos, que, no entanto, apresentam aspectos comuns que justifiquem o tratamento conjunto, tais quais a proximidade física e tecnológica, as dimensões, etc., não havendo ademais comprovação robusta de que o parcelamento levará a uma maior economicidade na prestação dos serviços."

k. Além disso, a solução integrada (*fornecimento de peças e acessórios genuínos para **manutenção de "tacógrafos/cronotacógrafos analógicos e digitais"***, com aplicação de peças e acessórios genuínos e originais, com fornecimento de mão de obra, aos veículos (caminhões e ônibus) e outros que possuem tacógrafo/cronotacógrafo analógico ou digital; que compõem a frota operacional da NOVACAP, por empresa especializada e capacitada), custaria menos à Administração, pois a perda de escala com a divisão da solução poderá ocasionar o encarecimento do fornecimento de peças e acessórios genuínos e originais, tornando a aquisição ineficiente e desvantajosa, pois mostra-se mais vantajosa à não divisão em lotes, uma vez que os custos serão rateados entre peças acessórios e a serem comprados, ao passo que se forem ofertados separadamente, e se até forem prestados por empresas diferentes, há enorme risco de encarecimento da contratação, dificuldades de operacionalização e de controle de mediação de qualidade e eficiência das e peças e acessórios genuínos adquiridos, juntamente, a mão de obra aplicada; impondo prejuízos à Administração. Destarte, a divisão do objeto pode comprometer o próprio certame, pois há riscos de comprometimento da competitividade, podendo ocasionar prejuízo à Administração, encarecendo os preços oferecidos.

l. Dessa forma, conclui-se que, nos termos do §1º do art. 25, parte final do caput do art. 26 e art. 28 da Lei Distrital nº 4.611/2011, a aplicação da cota reservada revela-se inadequada para o presente objeto, estando à decisão devidamente fundamentada nas características do serviço e no objetivo de assegurar a eficiência, a continuidade e a segurança da prestação contratual.

QUADRO V

REGIME DE EXECUÇÃO	
Fornecimento por preço unitário	X
Fornecimento por preço global	
Contratação semi-integrada	

QUADRO VI

REGIME DE FORNECIMENTO	
Único	
Parcelado	X
JUSTIFICATIVA: Tendo em vista tratar-se de estimativa de consumo, o fornecimento dos referidos produtos dar-se-á mediante demanda da NOVACAP.	

QUADRO VII

MODO DE DISPUTA	
Aberto	X

Fechado	
Combinado	
JUSTIFICATIVA: Objetivando maior transparência e ampliação da competitividade para o certame.	

QUADRO VIII

VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA A CONTRATAÇÃO - ORÇAMENTO NÃO SIGILOSO	R\$ 63.082,51 (sessenta e três mil oitenta e dois reais e cinquenta e um centavos)
JUSTIFICATIVA: Nos termos do Acórdão 1502/2018 Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória , e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no Art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. (grifo nosso). Assim sendo, justifica-se a publicidade do valor estimado, uma vez que ela será o limite referencial para apresentação das propostas durante o procedimento licitatório.	

QUADRO IX

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	
Menor preço (por lote)	X
Maior desconto	
Melhor combinação de técnica e preço	
Melhor técnica	
Melhor conteúdo artístico	
Maior oferta de preço	
Maior retorno econômico	
Melhor destinação de bens alienados	
JUSTIFICATIVA: Visto que o Termo de Referência já apresenta critérios mínimos de especificação do material e demais condições que são suficientes para comprovar a capacidade técnica/operacional da empresa a ser contratada, entende-se que neste caso o critério de julgamento de menor preço é o mais adequado.	

QUADRO X

LOTE 01			
ESPECIFICAÇÃO	Quant./Tacógrafos	Valor Unitário	Total Anual
Contratação de empresa para prestação de serviços, com fornecimento sob demanda e de forma continuada, de mão de obra especializada em reparo, revisão, calibração e configuração de equipamentos inalteráveis de	67	R\$ 941,53	R\$ 63.082,51

<p>velocidade, "tacógrafos/cronotacógrafos analógicos e digitais", com fornecimento/aplicação de peças e acessórios genuínos e originais, emissão de vias de ensaio/selagem e pagamento de taxas/tarifas (diversas) de aferição junto ao INMETRO, para 67 (sessenta e sete) veículos da frota operacional da NOVACAP, entre caminhões, ônibus e outros veículos, que compõem a frota operacional da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil-NOVACAP, de acordo com os valores constantes na Planilha Mediana de Preços -Doc. SEI (163946565).</p> <p>- Tipos/Modelos: Tacógrafo Mecânico 1308</p> <p>- Tipos/Modelos: Tacógrafo Eletrônico 1318</p> <p>- Tipos/modelos: Tacógrafo Eletrônico MTCO</p>			
TOTAL ANUAL DA CONTRATAÇÃO			R\$ 63.082,51

4. DA JUSTIFICATIVA

4.1. A NOVACAP tem por objeto social, a execução de obras e serviços de urbanização e construção civil de interesse do Distrito Federal, na satisfação do Interesse Público, diretamente ou por contrato com entidades públicas ou privadas, mediante ajuste específico e disponibilização dos respectivos recursos financeiros e orçamentários, para este fim.

4.2. O objeto social compreende as atividades de elaboração, análise e aprovação de projetos, execução, fiscalização e gerenciamento, direta ou indiretamente, das obras e serviços de engenharia, arquitetura, urbanização, drenagem pluvial, pavimentação, conservação de áreas verdes e paisagismo no Distrito Federal, as quais são executadas por meio de veículos, máquinas e equipamentos da frota própria da Companhia.

4.3. A frota própria atual é composta por 67 (sessenta e sete) caminhões/ônibus, os quais são dotados de tacógrafos/cronotacógrafos analógicos e digitais, dispositivos obrigatórios por lei (Lei nº 9.503/1997, Art. 105, II) para registro inalterável de velocidade e tempo.

4.4. O tacógrafo/cronotacógrafo analógico ou digital, é um equipamento obrigatório para os veículos de carga ou passageiros que registra instantânea e inalteravelmente a velocidade e o tempo do meio de transporte. A exigência do aparelho e a fiscalização do mesmo são disciplinadas pelo Código de Trânsito Brasileiro e por demais resoluções. Ele indica e registra, de forma simultânea, inalterável e instantânea a velocidade e a distância percorrida pelo veículo em função do tempo decorrido. Deste modo podem-se obter dados como o tempo de trabalho do motorista, de parada e o que ele permaneceu dirigindo. Conforme Lei 9.503/97 Art. 105 inciso II para os veículos de transporte e de condução escolar, os de transporte de passageiros com mais de dez lugares e os de carga com peso bruto total superior a quatro mil, quinhentos e trinta e seis quilogramas, equipamento é exigido registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (tacógrafo).

4.5. A falta de manutenção desses equipamentos pode resultar na **apreensão dos veículos**, comprometendo a operacionalidade da frota.

4.6. A presente contratação visa suprir demandas com empresa especializada para prestação de serviços de **manutenção de "tacógrafos/cronotacógrafos analógicos e digitais"**, constando aplicação de peças e acessórios genuínos e originais, com fornecimento de mão de obra especializada, aos veículos (caminhões e ônibus) e outros veículos que possuam tacógrafos/cronotacógrafo analógico ou digital; que compõem a frota operacional da NOVACAP, de acordo com descrições, condições e exigências ora estabelecidas.

4.7. A NOVACAP não possui estrutura interna para realizar os serviços (oficina especializada, estoque de peças ou mão de obra qualificada), torna-se necessária a contratação de empresa especializada para:

- **Reparo, revisão calibração e configuração dos tacógrafos;**

- **Fornecimento de peças genuínas** e pagamento de taxas de aferição no INMETRO;
- **Mão de obra técnica**, garantindo conformidade com as normas.

4.8. A projeção estimativa foi realizada fundamentada em histórico de uso e perspectiva futura das necessidades, tendo por base a aquisição de peças/acessórios de tacógrafo/cronotacógrafo analógico ou digital, de veículos, para cada veículo que compõe a frota própria da NOVACAP.

4.9. Assim sendo, o montante estimado previu a reposição das peças e acessórios da frota, com base em histórico de consumo e a perspectiva de futuras necessidades, quando a demanda assim o exigir, em aplicação imediata, e para manutenções posteriores.

4.10. De acordo com as especificações técnicas de veículos, o quantitativo da frota em que peças e acessórios serão aplicados, e mão de obra (Serviços), conforme demanda apresentada pela manutenção, é composta por: "**Planilha (Relação) de Veículos - Frota da NOVACAP**" -Doc. SEI (162656234).

4.11. A estimativa de consumo desta solicitação é da ordem de **R\$ 63.082,51 (sessenta e três mil oitenta e dois reais e cinquenta e um centavos)**, de acordo com a planilha juntada: Planilha Mediana de Preços -Doc. SEI (163946565), pela média da pesquisa de preços atual, realizada no mercado fornecedor e planilha constando histórico de consumo/manutenção efetivamente realizados -Planilha de Custos de Serviços -NOVACAP -Doc. SEI (163934873).

4.12. O valor estimado para a contratação visando o fornecimento de peças e acessórios, englobando também, taxas/tarifas de aferição junto ao INMETRO, será no valor de **R\$ 36.592,51 (trinta e seis mil quinhentos e noventa e dois reais e cinquenta e um centavos)**, e para aplicação de mão de obra (Serviço), de **R\$ 26.490,00 (vinte e seis mil quatrocentos e noventa reais)**, perfazendo o total geral de **R\$ 63.082,51 (sessenta e três mil oitenta e dois reais e cinquenta e um centavos)**.

4.13. As obrigações financeiras decorrentes das despesas - Peças genuínas e originais e serviços a serem prestados, serão atendidas com recursos consignados no orçamento da NOVACAP, conforme classificação abaixo:

Descrição - Peças/Serviços	PROGRAMA DE TRABALHO	Valor R\$
Fornecimento de Peças - 33.90.30	15.452.6210.8508.0002	R\$ 36.592,51
Mão de Obra (Serviço) - 30.90.39	15.452.6210.8508.0002	R\$ 26.490,00
Total da Contratação		R\$ 63.082,51

4.14. O valor estimado da contratação é de R\$ 63.082,51, sendo R\$ 36.592,51 para peças e R\$ 26.490,00 para serviços, baseado em histórico de consumo e pesquisa de mercado (Planilha SEI (163946565). Inclui ainda **garantia de 90 dias ou 3.000 km** para peças e serviços.

4.15. Recursos já estão alocados no orçamento (Programa 15.452.6210.8508.0002), assegurando a continuidade das operações sem ônus adicionais.

4.16. Juntada pesquisa realizada no Banco de Preços/Relatório de Pesquisa -Doc. SEI (163647199); pesquisa de mercado com cotação de preços -RODOTECH Tacógrafos -Doc. SEI (163647608); cotação de preços -Rota Brasília Ltda. -Doc. SEI (163885554); cotação de preços -ROTAVEL Equipamentos Rodoviários Ltda. -Doc. SEI (163934136), com vista a prestação de serviços de mão de obra, de forma continuada, para serviços de manutenção, na calibração e configuração de "**tacógrafos/cronotacógrafos analógicos e digitais**", com fornecimento/aplicação de peças e acessórios genuínos e originais e ao pagamento de taxas/tarifas de aferição junto ao INMETRO; visando a manutenção de veículos (caminhões e ônibus) e outros veículos que possuam tacógrafos/cronotacógrafo analógico ou digital, e que compõem a frota operacional da **NOVACAP**, conforme condições e especificações constantes neste Termo de Referência.

5. PRAZO E LOCAL PARA ENTREGA

5.1. O prazo inicial para a execução dos serviços será de imediato, conforme demanda da contratada, contando os prazos de execução de serviços a partir da solicitação do Executor do Contrato,

mediante Ordem de Serviço-OS;

5.1.1. A Contratada, no prazo máximo de 24h do recebimento da OS deverá apresentar ao Executor, para aprovação, o orçamento realizado, constando de peças a serem substituídas e seus custos, mão de obra e taxas/tarifas a serem pagas junto ao INMETRO (sendo o caso);

5.1.2. O orçamento apresentado ao Executor do Contrato, obrigará à empresa Contratada a toda e qualquer responsabilidade (ônus/evento) advindos quando da execução.

5.1.3. Após aprovação do Executor de Contrato, o prazo de execução será de no máximo 8h (oito), após a aprovação do orçamento.

5.1.3.1. Eventual necessidade de dilação do prazo estipulado no subitem 5.1.3, deverá ser justificada e motivada pela contratada ao Executor do Contrato;

5.1.3.2. A dilação de prazo de que trata o subitem 5.1.3.1 não poderá ser superior a 24h (vinte e quatro) horas.

5.2. A aprovação ou não do orçamento pelo Executor do Contrato, deverá ocorrer simultaneamente à comunicação do mesmo.

5.3. O serviço deverá ser executada em oficina/laboratório de ensaio da contratada.

5.4. A Contratada poderá solicitar, somente uma vez, prorrogação de prazo na entrega/execução do objeto na NOVACAP, apresentando as devidas justificativas, cabendo ao Executor do Contrato (Área demandante), que formalizará solicitação, emitindo parecer, e submeterá ao Diretor de Suporte, para deliberação, cabendo a este último analisar e autorizar a prorrogação de prazo, caso não prejudique o andamento dos serviços.

5.5. Constituirá descumprimento contratual entregas em desacordo com o estabelecido no item 5.1.3 e subitens;

5.6. Os itens que compõem o objeto deste Termo de Referência, deverão ser entregues acompanhados de Nota Fiscal, a ser emitida de acordo com o orçamento realizado/aprovado, especificação, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

5.7. Deverão ser emitidas Notas Fiscais distintas para mão de obra (serviço), e para peças aplicadas e, em separado, para cada pedido atendido.

6. RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. O fornecimento da totalidade de peças e acessórios, genuínos e originais, bem como de mão de obra (Serviço), somente será considerado concluído mediante atesto por parte do Executor do Contrato; que deverá estar em conformidade com o orçamento realizado e especificações constantes neste Termo de Referência, em Edital e Anexos.

6.2. Peças e serviços serão recebida da seguinte forma:

6.2.1. **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com a especificação;

6.2.2. **definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação nos termos constantes, de conformidade com a Nota Fiscal.

6.3. A Nota Fiscal deverá ser descritiva, contendo marca, fabricante, validade, número da Nota de Empenho, dados da conta bancária para depósito do pagamento, bem como as retenções tributárias, assim como as informações previstas no item deste Termo de Referência.

6.3.1. A Empresa contratada só poderá emitir Nota Fiscal mediante conformidade com o orçamento realizado/aprovado.

6.4. Os serviços executados e as peças genuínas e originais, serão recebidas se estiverem de acordo com as especificações do objeto deste Termo de Referência.

6.5. As peças e produtos fornecidos devem estar de acordo com as especificações técnicas e normas exigidas neste Termo de Referência.

6.6. Caso os produtos não atendam as especificações previstas neste Termo de Referência e seus anexos, serão recusados e devolvidos ao fornecedor, as expensas da licitante para substituição, devendo a empresa dar a destinação adequada ao produto devolvido.

6.7. Os produtos recusados deverão ser substituídos no prazo de até 02 (dois) dias após o recebimento da notificação pela contratada.

6.8. Os responsáveis pelo recebimento do produto poderão, se assim julgar necessário, solicitar parecer técnico especializado de pessoa qualificada, para análise da qualidade do produto bem como se está em conformidade com o descrito em orçamento.

7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

7.1. A licitante **deverá apresentar Declaração** de que cumpre as práticas de sustentabilidade entre outros princípios e instrumentos introduzidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e seu regulamento, Decreto nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010, nos quais destaca-se a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e a logística reversa.

7.2. Responsabilizar-se integralmente por eventual multa de natureza ambiental aplicada a NOVACAP por armazenamento e/ou descarte indevido de peças ou fluídos, decorrentes dos serviços prestados a NOVACAP pela licitante contratada, dos quais o armazenamento ou descarte lhe competiam, tais como:

7.2.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;

7.2.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

7.2.3. Treinamento/ capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição.

7.3. Adoção das práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, todas de acordo com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

7.4. Entre outros princípios e instrumentos introduzidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e seu regulamento, Decreto Nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010, destacam-se a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e a logística reversa.

8. OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste documento e seus anexos, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, validade, nº da ordem de serviço e nº da nota de empenho.

8.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste documento de Referência, o objeto com avarias ou defeitos imediatamente após o recebimento de comunicado.

8.4. Juntamente com o orçamento, a Contratada deverá apresentar diagnóstico e prazo para realização do serviço, no prazo máximo de até 03 (três) dias, contados a partir da data de recebimento do orçamento aprovado pelo Executor do Contrato.

8.5. Comunicar à Contratante, imediatamente por escrito no prazo que anteceder a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

8.6. Os serviços serão executados pela Contratada de acordo com os valores de mão de obra (Serviço) para reparos, constantes da proposta e de acordo com a quantidade de horas que cada serviço requer; que deverão compor orçamento a ser apresentado previamente ao Executor do Contrato.

8.7. A contagem de prazo para a execução de serviços, será iniciada a partir da entrega à Contratada, e com aprovação do orçamento a ser fornecido ao Executor do Contrato.

8.8. Constatada a necessidade de execução de qualquer outro serviço não especificado, ou a necessidade de aplicação de outra peça necessária ao reparo, a Contratada deverá informar ao Executor, devendo discriminá-la detalhadamente no orçamento mencionado.

- 8.9. Depois de iniciados os serviços e sendo constatada a necessidade de substituição de alguma peça não relacionada no orçamento, a Contratada deverá efetuar nova comunicação ao Executor. Nessa situação, a contagem de prazo estabelecido no primeiro orçamento, será suspensa e somente será reiniciada após aprovação do novo orçamento.
- 8.10. Caso o material seja reprovado pelo executor, fica a contratada responsável pelos custos ou qualquer encargo, bem como a retirada do material sem qualquer ônus para NOVACAP.
- 8.11. A Contratada deverá executar os serviços com eficiência e presteza, dentro dos prazos e especificações constantes deste Termo de Referência, utilizando-se de peças novas, genuínas e originais, bem como, utilizar ferramentas e equipamentos de alta precisão, recomendados pelo fabricante de tacógrafos.
- 8.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em condições de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 8.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela NOVACAP, durante a realização do Contrato.
- 8.14. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, bem como, manter em seu quadro, técnico especializado na prestação dos serviços a serem executados, com formação técnica em mecânica e/ou de nível médio/técnico, devidamente qualificados.
- 8.15. Se houver feriado regional ou nacional na semana a empresa poderá antecipar a entrega para cobrir o quantitativo descrito no cronograma apresentado pela área demandante.
- 8.16. Nos valores propostos, deverão estar inclusos todas as despesas com: materiais; mão de obra e encargos sociais; trabalhistas e previdenciários; combustível; transporte; serviço de manutenção; seguro; lucros e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do objeto. Nos preços unitários dos itens deverão incluir todas as despesas, encargos e tributos pertinentes para cada produto.
- 8.17. O objeto a ser executado não acarretará qualquer ônus à NOVACAP, ficando a cargo da Empresa Contratada qualquer evento que possa surgir.
- 8.18. A empresa deverá apresentar declaração de garantia das peças (originais e genuínas) e mão de obra (Serviço), de no mínimo 90 (noventa) dias, ou 3.000 (três mil) quilômetros para veículos (o que ocorrer primeiro). De acordo com a especificação exigida, fornecendo outro produto sem nenhum custo adicional para a NOVACAP, caso o produto não atinja perfeito funcionamento no prazo mínimo estipulado para a garantia do produto (peça genuínas/originais e mão de obra-Serviço); a ser entregue juntamente com a proposta.
- 8.19. Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem quaisquer ônus para a NOVACAP, excetuados os casos onde seja constatado o mau uso do veículo, ou ainda em situações onde seja constatado o desgaste natural do item avariado.
- 8.20. Quando da devolução dos serviços, a Contratada deverá fornecer Certificado de Garantia, nos termos do subitem anterior (8.18) através de documento próprio ou de anotação impressa ou carimbada na Nota Fiscal a ser emitida.
- 8.21. A Contratada deverá substituir peças com defeito de fabricação ou com falhas de funcionamento, no prazo especificado (subitem 5.5.1), sem quaisquer ônus para a NOVACAP.
- 8.21.1. Situações em que o desgaste e/ou dano seja comprovadamente decorrente de mau uso, não se aplicará o disposto no Item 8.18.
- 8.22. Nos casos de ocorrência do contido no subitem 5.7, deverá, a Contratada, aplicar peças novas, genuínas ou originais, com controle de qualidade da montadora de veículo, sujeito a comprovação e fiscalização, e demais obrigações, conforme Termo de Referência.
- 8.23. A Contratada deverá se responsabilizar por danos ou prejuízos causados a equipamento(s) da *Companhia*, ou a terceiros em função de ação ou omissão de seus empregados durante a execução dos serviços, não cabendo à NOVACAP quaisquer ônus ou ação judicial.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

9.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do material recebido provisoriamente com as especificações constantes neste termo, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

9.3. Rejeitar, no todo ou em parte, entrega dos bens em desacordo com o previsto neste Termo de especificação.

9.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado ou comissão especialmente designados.

9.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de especificação e seus anexos.

9.6. A NOVACAP não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. **DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

12.1. O Contrato terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes por até o limite de 05 (cinco) anos, com base no Art. 71 da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016 e Art. 171 do Regulamento de Licitações e Contratos/RLC da NOVACAP.

13. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

13.1. O acompanhamento e a fiscalização serão exercidos no interesse da NOVACAP, quanto ao fornecimento de materiais e serviços, que consistem na verificação da conformidade dos mesmos, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste. A fiscalização será exercida por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designado, na forma do Regulamento de Licitações e Contratos-RLC/ NOVACAP e da Lei nº 13.303/2016.

13.2. A execução do contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte da NOVACAP, por meio de empregado designado (Executor do Contrato), a quem competirá comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato e solicitar correção das mesmas; cuja verificação e conformidade no recebimento definitivo de materiais/serviços entregues, deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência, em Edital e Anexos.

13.3. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em penalidade, conforme disposto nos artigos 252 ao 262 do Regulamento de Licitações e Contratos-RLC/NOVACAP.

13.4. Durante a execução do objeto, o fiscal/executor deverá monitorar a entrega, bem como a qualidade e conformidade dos bens, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência e em proposta de preços; e quaisquer exigências da fiscalização, feitas, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela adjudicatária, sem qualquer ônus para a NOVACAP.

13.5. A fiscalização da NOVACAP, em especial, terá o dever de verificar o cumprimento dos termos do contrato, especialmente no que se refere à qualidade do bem e/ou serviço prestado, podendo exigir a substituição de peça(s) aplicada(s), e/ou componente(s) quando este(s) não atender(em) à exigências deste

Termo de Referência, das Portarias do INMETRO que regulamentam a matéria, e Normas Brasileiras (NBR/ABNT), sem que assista à adjudicatária qualquer indenização pelos custos daí decorrentes.

13.6. A fiscalização de que trata esta cláusula exercida pela NOVACAP, feita em seu exclusivo interesse pelo representante, que deverá possuir qualificação necessária para o acompanhamento, conferência e recebimento de materiais e serviços; não exime (exclui) nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, à perfeita execução do contrato, de conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303/2016.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura. Na emissão da Nota Fiscal deverá ser descrita a quantidade de materiais e/ou serviço, preço unitário e total. Não serão admitidas cobranças de frete.

14.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo dos bens, conforme este Termo de Referência.

14.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 246 do Regulamento e Licitações e Contratos-RLC/NOVACAP.

14.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

14.5.1. o prazo de validade;

14.5.2. A data da emissão;

14.5.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

14.5.4. O prazo de entrega dos bens;

14.5.5. Valor a pagar; e

14.5.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

14.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da

contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

14.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.14. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

14.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

14.16. Na hipótese de ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela NOVACAP, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)^{365}$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela em atraso

15. REAJUSTE

15.1. Os preços serão fixos e irreajustáveis por um período inferior a um ano, de acordo com o art. 28 da Lei 9.069/95. Após esse período, os preços serão reajustados anualmente, conforme previsto no Decreto nº 37.121/16, utilizando-se o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo. O marco inicial para contagem da periodicidade de um ano, para efeito de reajuste, será a data da apresentação da proposta. O reajuste será concedido automaticamente, salvo disposição em contrário entre as partes ou se o atraso no prazo de execução se der por culpa da contratada.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. A Contratada deverá apresentar, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do Contrato, prorrogáveis por igual período, comprovante de prestação de garantia será 2% (dois por cento), conforme parâmetros previsto nos arts. 149 a 166 do RLC, do valor do Contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

16.1.1. caução em dinheiro;

16.1.2. seguro-garantia; ou

16.1.3. fiança bancária.

16.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

16.3. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

16.4. Prejuízos diretos causados à NOVACAP ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

16.5. Multas contratuais aplicadas pela à contratada.

- 16.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior.
- 16.7. A prestação de garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá ter validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato.
- 16.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, no BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA - BRB, com correção monetária, conforme conta a ser informada.
- 16.9. No caso de prorrogação da vigência do contrato ou readequação do seu valor em decorrência de reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo ou supressão, a garantia deverá ser renovada ou ajustada à nova situação, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 16.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 16.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 16.12. Será considerada extinta a garantia:
- 16.13. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante Termo Circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato ou com a sua total utilização por parte da NOVACAP dentro do prazo de validade previsto.
- 16.14. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a NOVACAP não comunique a ocorrência de sinistros. - Art. 164 II - RLC/NOVACAP.

17. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 17.1. São sanções aplicáveis pela NOVACAP:
- 17.1.1. advertência;
- 17.1.2. multa;
- 17.1.3. suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 17.2. A reincidência de atos ensejadores da sanção de advertência poderá acarretar a aplicação de penalidade de suspensão.
- 17.3. A aplicação de multa não impede que a NOVACAP rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas neste REGULAMENTO.
- 17.4. O valor da multa aplicada após regular processo administrativo será descontado da garantia prestada pela contratada.
- 17.5. Configurada a hipótese de ser o valor da multa aplicada superior ao valor da garantia prestada pela contratada, esta responderá pelo pagamento da diferença do valor apurado que poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela NOVACAP, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.
- 17.6. O não pagamento da multa aplicada pela contratada implicará na aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 17.7. As sanções previstas nos subitens 17.1.1 e 17.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem 17.1.2 devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 17.8. O prazo da sanção prevista no subitem 17.1.3 terá início a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Distrito Federal.
- 17.9. A sanção prevista no subitem 17.1.3 implica durante a sua vigência na suspensão do registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.
- 17.10. A reincidência da prática de atos puníveis com a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP, ocorrida em período inferior a 02

(dois) anos a contar do término da primeira punição, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

17.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se procedimentos previstos no Art. 252 e seguintes (Seção XIII), do Regulamento de Licitações e Contratos-RLC/NOVACAP.

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

18.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

18.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.

18.2.1. Apresentação de Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre que a empresa realizou a manutenção/fornecimento de peças, com características compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. Programa de Trabalho: 15.452.6210.8508.0002 - MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS - DISTRITO FEDERAL

19.2. Natureza da Despesa: 33-90-30 - Fornecimento de Peças - R\$ 36.592,51

19.3. Natureza da Despesa: 30-90-39 - Mão de Obra (Serviço) - R\$ 26.490,00

19.4. Valor Total: R\$ 63.082,51

19.5. Fonte de Recursos: 100

20. ELABORADO POR

Cristiano Rodrigues da Silva
Ger. de Proj. DTR/DS

Rodolpho Diego Tavares Moreira
Chefe do Deptº de Transporte-DTR/DS

Aprovo o presente Termo de Referência com base nas especificações e condições estabelecidas pelos técnicos responsáveis.

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Suporte

ANEXOS

ANEXO I - MATRIZ DE RISCO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, de forma continuada, no fornecimento de peças e acessórios genuínos para **manutenção de “tacógrafos/cronotacógrafos analógicos e**

digitais”, com fornecimento de mão de obra, aos veículos (caminhões e ônibus) e outros veículos que possuam tacógrafo/cronotacógrafo analógico ou digital; que compõem a frota operacional da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.

Natureza do risco	Descrição do risco	Responsabilidade	Causa	Impacto	Nível de risco	Medida Mitigadora
1. contábil	1.1 - Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro da Contratada na avaliação da hipótese de incidência tributária	Contratada	Mudança na legislação	Variação de custo para mais ou para menos Elevação de tributos	BAIXO	Aditivo contratual
2. financeira	2.2 - Atrasos no pagamento de faturas pela contratante	Contratante	Indisponibilidade de recursos financeiros	Atrasos no prazo inicial estimado Alterações de fluxo de caixa da contratada	MÉDIO	Aplicação de atualização financeira nas faturas pendentes
3. jurídica	3.1 - Caso fortuito ou força maior	Contratada /Contratante	Aumento de cotação do dólar	Aumento de custo Necessidade de reequilíbrio econômico	MÉDIO	Aditivo contratual
	3.2 - Impedimento de pagamento de faturas pela contratante devido a falta de certidões com prazo em vigência	Contratada	Impedimentos jurídicos para emissão de certidões por parte dos órgãos competentes Gestão ineficiente da empresa contratada	Alterações de fluxo de caixa da Contratada	MÉDIO	Regularização de situação tributária e fiscal
4. pessoal	4.1 - Greves, manifestações de funcionários	Contratada	Demanda por reposições salariais	Atraso no prazo inicial estimado	BAIXO	Aditivo contratual de prazo sem ônus para a Contratante
	4.2 - Baixa qualificação Técnica	contratada	Falta de treinamento/ contratação de pessoal não qualificado	Má prestação de serviços/ manutenção precária e defeituosa	BAIXO	Fiscalização eficiente, aplicação de penalidades contratuais
5. técnico/ operacional	5.1 - Risco Físicos de Transporte	Contratada	Avarias, perdas e danos, decorrentes de acidentes de origem súbita e imprevista.	Atrasos, Aumento dos custos, Por danos Materiais.	MÉDIO	Fiscalização eficiente, Atendimento as Normas (ABNT, Segurança, Etc.)
	5.2 - Deficiência de materiais e/ou equipamentos	Contratada	Contratada não consegue atingir os requisitos de qualidade nos materiais e/ou	Devolução, retrabalho e reenvio, com aumento de prazo e de custos.	MÉDIO	fiscalização eficiente, atendimento as Normas (ABNT, Segurança, Etc.)

			equipamentos fornecidos.			
5.3	Indisponibilidade / Falta de peças de reposição em estoque	Contratada	Falta de controle de almoxarifado e logística	Demora na execução dos serviços, paralização de veículos	BAIXO	Fiscalização eficiente, alicação de medidas punitivas existentes no contrato
5.4	Falha no processo de calibração de tacógrafos	Contratada	Falta de manutenção de equipamentos / operação inadequada de equipamentos	defeito da prestação de serviços/ refazimento dos serviços/ perda de tempo em manutenções	BAIXO	Fiscalização eficiente, alicação de medidas punitivas existentes no contrato
5.5	Vencimento da validade de Aferição do INMETRO	Contrante	Má gestão de controle dos Taxas de aferição e medição	Comprometimento da frota com paralizaçãod e veículos	BAIXO	Maior controle e acompanhamento do fichas de inspeção dos veículos



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO RODRIGUES DA SILVA - Matr.0973312-4, Agente Administrativo - Condutor(a) Técnico(a)**, em 25/04/2025, às 15:16, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RODOLPHO DIEGO TAVARES MOREIRA - Matr.0973373-6, Chefe do Departamento de Transporte**, em 25/04/2025, às 15:17, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELIE ISSA EL CHIDIAC - Matr.0973550-X, Diretor(a) de Suporte**, em 25/04/2025, às 16:49, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **169188186** código CRC= **003265CD**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br